



A LICENCIATURA EM ENFERMAGEM NO BRASIL (1968-2001): UMA REVISÃO DE LITERATURA¹

A DEGREE IN NURSING IN BRAZIL (1968-2001): A LITERATURE REVIEW

EL GRADO EN ENFERMERÍA EN BRASIL (1968-2001): UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

Lauriana Medeiros Costa Santos²

Kátia Regina Barros Ribeiro³

Jonas Sâmí Albuquerque de Oliveira⁴

Maria Itayra Coelho de Souza Padilha⁵

Miriam Süsskind Borenstein⁶

Resumo

Pesquisa histórica com o objetivo de analisar e descrever as características da produção científica da pós-graduação brasileira sobre História da Enfermagem no período de 1988-2011, em relação à titulação, orientadores, método de estudo, período e locais de produção. O estudo contemplou 189 resumos de teses/dissertações sobre História da Enfermagem extraídos do Banco de Teses e Dissertações da Associação Brasileira de Enfermagem, que foram analisados segundo as características metodológicas, temporais, autorais e geográficas. A produção sobre História da Enfermagem representa 2,4% da produção total da pós-graduação de Enfermagem, com 52,4% das titulações defendidas na década de 2000. Dos 189 resumos analisados, a História da Enfermagem foi objeto de estudo em 66,1% das titulações de mestrado e 33,9% das titulações de doutorado, e teve 34,4% de toda a produção proveniente da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dos 96 cientistas da Enfermagem que orientaram pesquisas sobre História da Enfermagem, 16,6%

¹A produção do artigo não contou com apoio financeiro ou material externo, apenas dos autores.

²Doutoranda em Enfermagem pelo Doutorado Interinstitucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Professora da Escola de Enfermagem de Natal – UFRN. Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Email: laurianamc@hotmail.com

³Doutoranda em Enfermagem pelo Doutorado Interinstitucional da UFSC/UFRN; Professora do Curso de Graduação em Enfermagem da UFRN. Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Email: katia_rbr@yahoo.com.br

⁴Doutorando em Enfermagem pelo Doutorado Interinstitucional da UFSC/UFRN. Professor do Departamento de Enfermagem da UFRN. Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Email: jonassamiufrn@yahoo.com.br

⁵Doutora em Enfermagem. Professora do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Email: padilha@nfr.ufsc.br

⁶Doutora em Filosofia da Enfermagem. Professora do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Email: miriam@nfr.ufsc.br

orientaram mais da metade dessa produção. A principal fonte de pesquisa foi documental (29,6%) e 23,3% dos estudos utilizaram, como referencial teórico de análise, as ideias de Pierre Bourdieu. De modo geral, a produção sobre História da Enfermagem mostrou-se modesta, construída com métodos de análise tradicionais e concentrada no Rio de Janeiro.

Descritores: História da Enfermagem; Dissertações Acadêmicas; Educação de Pós-Graduação em Enfermagem.

Abstract

A historical research aimed at analyzing and describing the characteristics of the scientific production of Brazilian graduate on History of Nursing in the period 1988-2011, with regards the titration, counselors, study method, period and location. The study included 189 abstracts of theses/dissertations on Nursing History extracted from the Bank of Theses and Dissertations of the Brazilian Nursing Association, which were analyzed according to the methodological, temporal, copyright and geographical features. The production on the History of Nursing represents 2.4% of the total production of postgraduate nursing, with 52.4% of the degrees defended in the 2000s decade. Of the 189 analyzed abstracts, the History of Nursing been studied in 66, 1% of the degrees of MA and 33.9% of the degrees of PhD, and had 34.4% of all production from the Federal University of Rio de Janeiro. Of the 96 nursing scientists who have guided research on History of Nursing, 16.6% have guided more than half of this production. The main source of research was documentary (29.6%) and 23.3% of the studies used as theoretical analysis, the ideas of Pierre Bourdieu. In general, the production of Nursing history proved modestly built with traditional methods and concentrated in Rio de Janeiro analysis.

Descriptors: History of Nursing; Academic Dissertations; Education, Nursing, Graduate.

Resumen

Investigación histórica que objetivó analizar y describir las características de la producción científica del postgrado brasileño en Historia de Enfermería en el período 1988-2011, con relación a la titulación, orientadores, método de estudio, período de investigación y lugares de producción. El estudio contempló 189 resúmenes de tesis/disertaciones sobre la Historia de Enfermería extraída del Banco de Tesis y Disertaciones de la Asociación Brasileña de Enfermería, las cuales fueron analizadas de acuerdo con la metodología, contexto temporal, autor y características geográficas. La producción en la Historia de la Enfermería representa el 2,4% de la producción total de la enfermería en el postgrado, con el 52,4% de los títulos defendidos en la década de 2000. De los 189 resúmenes analizados, la Historia de la Enfermería se ha estudiado en el 66, 1% de las maestrías y en el 33,9% de los doctorado, siendo el principal eje productor la Universidad Federal de Río de Janeiro. De los 96 investigadores que han orientado la investigación en Historia de la Enfermería, el 16,6% han orientado más de la mitad de la producción total. La principal fuente de investigación fue documental (29,6%) y el 23,3% de los estudios utilizó como referencial de análisis teórico, las ideas de Pierre Bourdieu. En general, la producción de la historia de enfermería demuestra que se ha construido con los métodos tradicionales y que se ha concentrado en Río de Janeiro.

Descritores: Historia de la Enfermería; Tesis Académicas; Educación de Postgrado en Enfermería.

Introdução

A formação do professor dos cursos de graduação e técnico de Enfermagem é um dos principais fatores para conquistar a melhoria da qualidade do ensino e da atenção à saúde, em um **HIST. ENF. REV. ELETR (HERE)**. 2014 ago/dez; 5(2): 224-238. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/vol5num2artigo15.pdf>

trabalho que deve estar alicerçado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.

No que diz respeito ao acesso à formação inicial do professor enfermeiro, a Licenciatura representou o principal cenário dessa atividade, por muitos anos, desde sua criação na década de 1960¹. A partir deste curso, o licenciado em enfermagem fica habilitado a atuar no cenário da educação profissional em enfermagem e em programas de saúde em escolas de educação básica.

O Curso de Licenciatura em Enfermagem foi criado pelo Parecer nº 837/68 da Câmara de Ensino Superior. Um dos propósitos que justificaram sua criação foi a necessidade de conferir o título de licenciado ao enfermeiro para atender à exigência social de formação profissional de ensino técnico. A Licenciatura buscava a preparação de um profissional competente, flexível e com a vivência de ser docente desde o princípio de sua formação².

Contudo, a partir da promulgação da LDB de 1996, o acesso à Licenciatura em Enfermagem sofreu modificações. No seu artigo 62, ficou estabelecido que toda a formação de docentes para atuação, desde a educação infantil até o ensino médio, deve ocorrer em nível superior, em cursos de graduação plena, em Universidades e Institutos Superiores de Educação³. Respondendo a esta normativa, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Com base nessa LDB, a enfermagem brasileira construiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, instituídas em 2001. A partir da instituição das Diretrizes surge, para a enfermagem brasileira, um duplo desafio: o fortalecimento da discussão acerca das dimensões pedagógicas contempladas no curso de Bacharelado e a reestruturação da Licenciatura.

A educação profissional, mesmo com a expansão do ensino superior no Brasil, representa uma grande demanda educacional, pois, conforme dados do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) relacionados às inscrições de profissionais de enfermagem por categoria no Brasil em 2011, aproximadamente 81% dos 1.856.683 profissionais atuam no nível médio⁴. Portanto, infere-se à relevância desse cenário para a atuação do professor-enfermeiro, enquanto responsável pela educação dos futuros profissionais, assim como, a necessidade de constante formação de docentes para suprir essa demanda educacional.

Inseridos na prática docente em Enfermagem, preocupados com a formação do professor e partindo-se do pressuposto de que a prática pedagógica precisa ser alicerçada em uma firme base conceitual, assim como na relação da teoria com a prática, estruturou-se a presente revisão de

literatura. Para isso, foram propostos os seguintes objetivos: descrever o percurso histórico do Curso de Licenciatura em Enfermagem no Brasil, no período de 1968 a 2001; discutir sobre as repercussões da implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem para a reestruturação da Licenciatura em Enfermagem no Brasil.

Metodologia

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura sobre a Licenciatura em Enfermagem no Brasil (1968-2001), elaborada a partir do estudo investigativo em artigos, livros e legislações específicas sobre a temática.

Os artigos de revisão caracterizam-se como pesquisas que se utilizam de fontes bibliográficas de acervos impressos ou eletrônicos, e que se propõem a subsidiar, teoricamente, o objeto de estudo. No tocante à revisão narrativa, essa é considerada específica por sua amplitude e busca descrever e discutir uma determinada temática sob a perspectiva teórica ou contextual, constituindo-se da análise da literatura publicadas em livros, artigos ou fontes hemerográficas, permitindo, também, a análise crítica do autor⁵.

A coleta de dados foi realizada no período de outubro de 2012 a fevereiro de 2013. A pesquisa em acervo impresso aconteceu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e na Universidade Federal de Santa Catarina, buscando-se livros, teses e dissertações que versavam sobre a história do Curso de Licenciatura em Enfermagem no Brasil, Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem e as suas repercussões na Licenciatura em Enfermagem. A pesquisa em acervo eletrônico foi efetuada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) buscando-se artigos, teses e dissertações, em texto completo nos idiomas em português, inglês e espanhol, aplicando-se os seguintes descritores: Educação em Enfermagem; Docentes de Enfermagem; História da Enfermagem. Também foi utilizado o termo Licenciatura em Enfermagem na Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram excluídos materiais apresentados no formato de notas prévias ou resumos, assim como, artigos que apenas citavam o termo Licenciatura em Enfermagem, contudo, não discutiam as questões históricas e legais desse curso.

De posse dos dados coletados, procedeu-se à leitura exaustiva do material e análise das informações, quanto a marcos históricos e legais do Curso de Licenciatura em Enfermagem. Para a apresentação dos resultados, buscou-se construir uma síntese narrativa para descrever o percurso histórico do Curso de Licenciatura em Enfermagem no Brasil (1968-2001), assim como, discutir as

repercussões da implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem para a reestruturação da Licenciatura em Enfermagem no país.

Resultados

Com a finalidade de desenvolver o percurso histórico da criação e reestruturação da Licenciatura em Enfermagem no Brasil, foi realizado um recorte a partir de 1968, no momento em que esse curso foi criado, até a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, em 2001, quando houve uma ampla reformulação no ensino e que, até hoje, normatizam a educação em Enfermagem no Brasil.

Para entender o contexto educacional de 1968, é imprescindível discutir alguns fatores precedentes. A responsabilidade por formar Auxiliares de Enfermagem já estava presente na profissão desde a década de 1930, passando a ser regulamentado a partir da Lei 775, de 1949⁶. Quanto à formação de Técnicos em Enfermagem, seu início ocorreu na década de 1960. Portanto, até 1968, quando foi criada a Licenciatura em Enfermagem, vários anos transcorreram sem a garantia legal da formação do professor-enfermeiro para a educação profissional.

A formação do Auxiliar de Enfermagem teve início em instituições situadas na região sudeste do Brasil: em 1934, na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais), fazendo parte do regimento da Escola de Enfermagem Carlos Chagas; e em 1941, na cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), na Escola Anna Nery⁷⁻⁸. A formação do Técnico em Enfermagem foi iniciada em 1966, na Escola Anna Nery, regulamentada pelo Parecer 171/66, atendendo a uma prerrogativa da Enfermagem brasileira quanto à existência de mais um elemento na equipe de enfermagem com formação em nível de 2º grau, para o desempenho de tarefas de maior complexidade¹.

Focalizando a década de 1960, ressalta-se que era vivido o contexto da Ditadura Militar e de clara defesa à industrialização no país, havendo, na área da saúde, uma importante expansão da indústria de produtos e de equipamentos para a área hospitalar, assim como, o crescimento da atenção médica assistencial privatista⁹.

Dessa forma, compreende-se o interesse das autoridades governamentais e dos próprios enfermeiros na expansão da educação profissional, principalmente, para qualificar atendentes e práticos de Enfermagem, formando novos auxiliares ou técnicos em enfermagem, assim como a necessidade de formação de professores de enfermagem para que atuassem nessa área. Nesse contexto, houve uma consulta à Câmara de Ensino Superior para que a enfermeira, a partir da realização de disciplinas na área de Didática, pudesse exercer o magistério dentro da profissão, a

exemplo do que acontecia com os diplomados pelas Escolas de Belas Artes e Arquitetura².

Dentro do contexto da Reforma Universitária de 1968, Lei 5.540/1968, foi aprovado o Parecer n. 837/68, que criou a Licenciatura em Enfermagem, regulamentada pelo Parecer 672/69². Dessa maneira, surgiu o amparo legal para que houvesse a formação pedagógica, pois, nos períodos anteriores, os enfermeiros, que possuíam formação inicial eram aqueles que haviam realizado o Curso Normal (Magistério de 1º Grau) ou participado de cursos na área de Educação que haviam sido promovidos pelas instituições em que trabalhavam ou buscados por iniciativa própria^{1,7}. Na época, a pós-graduação em Enfermagem ainda era incipiente no país. Nessa legislação ficou evidente a exigência de que o licenciado tivesse a formação técnica específica, conferida pelo bacharelado, e a formação pedagógica para atuar em escolas de 1º e 2º graus, nas disciplinas e atividades específicas da enfermagem, Higiene e Programas de Saúde. A formação poderia ser, concomitante, à graduação ou ser realizada em separado, por isso, foi comum o reingresso de enfermeiros às instituições de ensino para cursar a Licenciatura¹. O currículo era composto pelas seguintes disciplinas: Psicologia da Educação, Didática, Elementos de Administração Escolar e Prática de Ensino, a qual era realizada por meio de Estágio Supervisionado nas próprias escolas da comunidade.

Quando a Licenciatura foi criada, ainda estava em vigência o Currículo Mínimo de Enfermagem de 1962. Contudo, logo houve uma mudança de currículo, como resultado da Reforma Universitária de 1968 e da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus em 1971, Lei 5.692/71, a qual expandiu o ensino superior e criou a educação profissional no 2º grau. Dessa maneira, houve o estabelecimento de um novo Currículo Mínimo para o ensino de enfermagem em 1972, Parecer nº 163/72, o qual organizou o ensino da seguinte forma: pré-profissional, que focava os conteúdos base para todos os cursos na área de Ciências da Saúde; tronco profissional comum, que tratava de conteúdos específicos à enfermagem, graduando o enfermeiro após a integralização de 2.500 horas de atividades; habilitações, momento em que o enfermeiro acrescia 500 horas ao tronco profissional comum, cursando uma das três habilitações oferecidas, médico-cirúrgica, obstetrícia ou saúde pública; e Licenciatura em Enfermagem, momento em que o enfermeiro realizava 600 horas de atividades, concomitante ao tronco profissional comum ou após a conclusão desse¹⁰.

Embora o Currículo de 1972 seja criticado pelo seu enfoque curativista e estímulo precoce à especialização, por meio das habilitações, no que diz respeito à formação pedagógica pode-se afirmar que trouxe avanços. Analisando os Currículos de Enfermagem anteriores (1923, 1949, 1962), pela primeira vez houve a inclusão de conteúdo específico para a formação do professor,

uma vez que incluiu a matéria Didática Aplicada à Enfermagem como matéria do Tronco Profissional Comum e tratou de maneira específica da Licenciatura. O tema da Licenciatura era discutido em parágrafo único, no Currículo de 1972, ressaltando que a questão era regida pelo parecer 672/69, conforme citado anteriormente.

Analisando o período de vigência deste Currículo Mínimo de 1972, estudo demonstra que, embora houvesse uma prerrogativa de que o ensino dos conteúdos técnicos da profissão deveria ser articulado aos da formação pedagógica, essa integração acontecia com atropelos ou não era implementada, havendo uma visível separação dos conteúdos técnicos da profissão com os da área educacional¹. Essa dicotomia não conseguiu ser superada pela construção coletiva do Currículo Mínimo de 1994.

O Currículo Mínimo de 1994, foi o primeiro, na história da enfermagem brasileira, construído de maneira participativa, tendo a liderança da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn)¹⁰. No contexto de seu surgimento, pode-se destacar as transformações das décadas de 1980, quando aconteceu um efervescente movimento da enfermagem brasileira para discutir e formular propostas para o ensino. No cenário mundial, esse movimento teve como base a discussão pela necessidade de mudança do pensar e fazer saúde, com base no movimento da Promoção da Saúde, inspirados no Informe Lalonde de 1974, na Conferência Internacional de Alma Ata de 1978 e da Carta de Ottawa de 1986. No cenário nacional, destacam-se como decisivos na reestruturação do ensino na década de 1980, a Reforma Sanitária Brasileira, o movimento de redemocratização do país e a Lei do Exercício Profissional da Enfermagem de 1986, instituída pela Lei nº 7.498/86.

Na proposta da ABEn, para o novo Currículo Mínimo da Enfermagem, havia a organização em cinco áreas, sendo a área do Ensino composta pelas seguintes disciplinas: Ensino de Enfermagem; Introdução à Educação; Psicologia da Educação; Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus; Prática de Ensino em Enfermagem, em nível de 1º e 2º Graus; Métodos e Técnicas de Ensino¹⁰. Tratava-se de uma proposta que pensava uma formação que integrava assistência, gerência, ensino e pesquisa, como também, bacharelado e licenciatura. Trazia em seu conteúdo reais avanços para a formação do enfermeiro, fruto de um processo de construção coletiva da enfermagem nacional. Contudo, o texto aprovado pelo Ministério da Educação em 1994, através da Portaria nº 1.721/94, não contemplou a proposta da ABEn na íntegra, deixando lacunas na formação do enfermeiro, especialmente, no que diz respeito à formação docente, que foi totalmente suprimida da legislação¹⁰. Permaneceu apenas a indicação de que o tema deveria seguir legislação específica¹¹.

Em 1996 é aprovada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, sendo estabelecido que fossem construídas as Diretrizes Curriculares de cada curso. Assim, a Enfermagem Brasileira, mais uma vez liderada pela ABEn, discutiu as Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior em Enfermagem, tendo como subsídio o Currículo Mínimo de 1994. Destaca-se a relevância do Seminário Nacional de Diretrizes da Educação em Enfermagem (SENADEn), que, desde 1994, ano de sua primeira edição, configura-se como o principal fórum de discussão sobre as questões da educação em Enfermagem no Brasil¹².

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, construídas coletivamente, foram aprovadas, com algumas modificações, em 2001, através do Parecer CNE-/CES n. 03/2001¹³⁻¹⁴. Com essa nova legislação defende-se uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, havendo a abolição das habilitações e a organização dos conteúdos em três tópicos de estudo, a saber: Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Humanas e Sociais; e Ciências da Enfermagem, que inclui Fundamentos, Assistência, Administração e Ensino de enfermagem.

Com as Diretrizes de Enfermagem, percebem-se avanços no sentido da flexibilização curricular, uma vez que são estabelecidas competências, habilidades e tópicos de estudo, diferentemente dos Currículos Mínimos, que prescreviam todo o conteúdo curricular, logo, dificultavam a adequação à realidade local e ao avanço técnico-científico da profissão. As Diretrizes orientam a formação do projeto pedagógico de cada curso, por meio de processo contínuo de criação e acompanhamento do Curso de Graduação em Enfermagem em cada instituição, integrando corpo docente, discente e sociedade¹³.

Quanto à formação pedagógica, verifica-se que houve uma diferenciação entre dois perfis de egresso estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Enfermagem. Para o Enfermeiro Generalista, que corresponde ao Bacharel em Enfermagem, ficaram definidos conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro, independente da Licenciatura em Enfermagem. Com isso, objetivou-se criar subsídios para que o enfermeiro pudesse construir determinadas competências e habilidades com o objetivo de: planejar, implementar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde; planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento¹³.

No que tange ao Licenciado em Enfermagem, o artigo 13 das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem deixa claro que: “A Formação de Professores por meio de Licenciatura Plena segue Pareceres e Resoluções específicos da Câmara de Educação Superior e do Pleno do Conselho Nacional de Educação”^{13:5}.

Como a atuação da enfermagem no campo de ensino dirige-se à educação profissional, a qual integra o ensino básico, a organização da formação do professor deve ser orientada por dois campos normativos, um da formação do professor para o Ensino Básico e a outra da formação do professor para a Educação Profissional. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica foram aprovadas em 2002, mas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Docente na Educação Profissional estão em discussão desde 2006 e até hoje não possuem texto final ¹⁵.

Dessa maneira, com base nas Diretrizes para a Educação Básica, Resolução 1 de 2002, fica definido que o Curso de Licenciatura deve ser ofertado como Graduação Plena, com carga horária teórica de 2400 horas para atividades acadêmicas e 400 horas de estágio curricular supervisionado ¹⁵. Como a discussão das Diretrizes Curriculares de Enfermagem, foi contemporânea a das Diretrizes dos Professores para Educação Básica, a questão da Licenciatura em Enfermagem integrada ao Bacharelado foi perdendo força, sendo até hoje uma questão não resolvida na enfermagem ¹⁶.

Discussão

Analisando os aspectos que foram discutidos, anteriormente, compreende-se que, a partir das Diretrizes Curriculares de Enfermagem houve valorização da formação do enfermeiro para atuar na educação em saúde, com os usuários dos serviços de saúde, e na educação permanente em serviço, com a equipe de saúde e enfermagem.

Contudo, percebe-se que tem havido uma tendência de diminuição da oferta dos cursos na modalidade de Licenciatura, uma vez que essa não poderá mais ser ofertada de maneira concomitante ao Bacharelado, com base nas Diretrizes de Enfermagem e nas Diretrizes para Formação do Professor, discutidas, anteriormente. Algumas Instituições de Ensino Superior, tal como ocorreu, em 2006, na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade do Estado de São Paulo, tem construído seus Cursos de Licenciatura, passando a disponibilizar vagas para dois cursos autônomos, o Bacharelado e a Licenciatura ¹⁷.

Ainda é necessário realizar estudos que possam descrever esse cenário de reestruturação curricular, tal como o que foi realizado no Paraná, em 2005, no qual foi verificada uma tendência para a oferta apenas do Bacharelado, dentre os 40 cursos de Graduação em Enfermagem no Estado ¹¹. Nessa mesma pesquisa, houve análise dos projetos pedagógicos de nove cursos, quanto à sua adequação às Diretrizes de Enfermagem. No que concerne à formação pedagógica, foram

encontradas proximidades e distanciamentos em relação ao texto legal. Três cursos mantinham a Licenciatura em seus projetos pedagógicos, seja como componente integral ou opcional do currículo. Outras escolas inseriram disciplinas com conteúdos pedagógicos e outras contemplavam em seu perfil/objetivos/áreas, a dimensão pedagógica, sem inserir nenhum conteúdo/disciplina/módulo que abordassem essa questão. Os pesquisadores identificaram como problema a inserção assistemática de disciplinas/conteúdos/módulos nas estruturas curriculares apenas para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais de Enfermagem, sendo, também preocupante, a permanência da disciplina de didática de forma isolada no currículo, tendo em vista que ela sozinha, ou independente, não dá conta de qualificar o futuro professor enfermeiro para a atividade docente. Depreendendo-se que esse processo, vivenciado no estado do Paraná, pode indicar uma tendência nacional, é possível pensar em uma diminuição de vagas para a Licenciatura no país, sem que, concomitantemente, venham sendo ampliadas as vagas para formação inicial do professor em outros cenários, como a pós-graduação.

Outro dado relevante dessa pesquisa paranaense diz respeito à detecção de uma tendência das universidades públicas em manterem a formação técnica assistencial integrada à formação pedagógica. Para isso, essas instituições usaram sua autonomia para interpretar a legislação em favor de sua trajetória histórica e do entendimento de que não se pode dissociar o ensino do cuidado¹¹.

A despeito dessa posição de defesa de algumas instituições públicas no sentido de articular Licenciatura e Bacharelado, verifica-se, atualmente, uma crise da universidade pública e a necessidade de reforma desta instituição secular, merecendo destaque para os seguintes aspectos: valorização da formação inicial e continuada do professor; reestruturação dos cursos de licenciatura; colaboração entre pesquisadores universitários e professores das escolas públicas na produção e difusão do saber pedagógico, com reconhecimento e estímulo da pesquisa-ação¹⁸.

Quanto ao ensino em nível de pós-graduação, verifica-se que algumas Instituições de Ensino Superior ofertam a especialização em metodologia do ensino superior, a qual não atende às especificidades da educação profissional em enfermagem¹⁹⁻²⁰. Também, os cursos de mestrado recebem críticas por focalizarem na formação do pesquisador, em detrimento à formação do professor²¹⁻²².

O contexto descrito permite inferir que os enfermeiros, que ingressaram no mercado de trabalho da educação profissional, nos últimos anos, podem não ter realizado uma formação inicial para a docência, inclusive porque o acesso à essa possibilidade foi reduzido, fato que tem consequências diretas na qualidade da educação e da atenção à saúde.

Compreende-se, assim, que a Enfermagem brasileira precisa rediscutir, coletivamente, o perfil do professor para educação profissional que almeja e lutar para que este venha a se tornar realidade, sendo essa, inclusive, uma das conclusões do Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem do ano de 2012, expressa na Carta de Belém. Nesse evento, ressaltou-se a necessidade de retomar e ampliar o debate sobre a formação de Enfermeiros com Licenciatura para a Educação Técnica Profissional em Enfermagem no âmbito dos Cursos de Licenciatura, assim como, instituir política emergencial e indutora de qualificação permanente do enfermeiro-docente da educação profissional ²³. Percebe-se, dessa maneira, a atuação da ABEn na discussão da problemática sobre a Licenciatura.

Reafirma-se que, o exercício da docência requer competência profissional, a qual implica formação específica, que precisa ser ofertada, estimulada e ampliada, uma vez que a profissão de enfermagem expande seu foco de ação e mercado de trabalho a cada ano. Fica, também, a reflexão de que: “O professor que não leva a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe” ^{24:103}.

Considerações Finais

A descrição do percurso histórico do Curso de Licenciatura em Enfermagem possibilitou identificar as transformações realizadas nesse Curso, desde a sua criação em 1968, como também, as repercussões geradas na estruturação dos currículos de Enfermagem posteriores e, conseqüentemente, na formação inicial do professor para a educação profissional.

Assim, realizando uma análise comparativa entre o Currículo Mínimo de 1972 e as Diretrizes Curriculares de Enfermagem, já que o item ensino não compôs o texto final do Currículo Mínimo de 1994, verifica-se que houve uma tendência de valorização da formação pedagógica do enfermeiro para atuar com a equipe de Enfermagem, a equipe de saúde e a comunidade. No entanto, surgiu o desafio para as Instituições de Ensino Superior manterem a formação generalista, o Bacharelado, e estruturarem um novo curso, a Licenciatura em Enfermagem. Desafio este que tem sido respondido de maneira aligeirada, com cursos fazendo mudanças curriculares para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais de Enfermagem, priorizando o Bacharelado, e não construindo o curso de Licenciatura. Contudo, são necessários novos estudos para perceber a tendência do ensino de Graduação em Enfermagem, quanto à expansão do Bacharelado e à retração da Licenciatura no cenário brasileiro.

Merece destaque, também, a necessidade de que sejam feitas pesquisas, tanto no campo da História da Licenciatura em Enfermagem, quanto sobre a descrição do perfil dos professores das escolas de educação profissional em Enfermagem na atualidade, visto a escassez de materiais nessa temática, tendo sido uma das principais dificuldades para a construção da presente revisão de literatura.

A partir da compreensão do processo histórico, algumas críticas sobre o atual contexto da docência em enfermagem na educação profissional precisam ser feitas, especialmente, no que diz respeito às escolas de educação profissional em saúde e enfermagem, e aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

Compreende-se que, se existem enfermeiros sem formação pedagógica atuando nas salas de aula, laboratórios e campos de estágio do país, é porque lhe foram conferidas vagas no mercado de trabalho, que é composto por escolas públicas e privada de educação profissional. Em outro sentido, se o enfermeiro exerce esse trabalho específico sem formação inicial, é porque existem falhas na fiscalização do exercício profissional, papel dos Conselhos Regionais de cada estado, com base nas normativas do Conselho Federal de Enfermagem. Ainda, neste sentido, se existe um exercício profissional na educação sem formação inicial é porque as delegacias das secretarias de educação apresentam falhas no acompanhamento e avaliação do ensino.

A enfermagem brasileira precisa, de maneira clara e urgente, envidar esforços para lutar pela valorização da docência e desconstruir a visão desse como um trabalho que pode ser exercido sem formação, como se a competência para a educação fosse algo nato ao ser humano. Quando, na realidade, a docência é um trabalho específico e que tem grandes repercussões na formação humana e profissional. Logo, no sentido da transformação desta realidade, identificam-se que são necessárias ações, tanto na macropolítica da educação nacional, suscitando a discussão da necessidade de acesso à formação pedagógica inicial e continuada, quanto na micropolítica da educação, reforçando a responsabilidade de as escolas de Educação Profissional estruturarem ações de atualização pedagógica do enfermeiro-professor continuamente.

Referências

1. Bagnato MHS. Licenciatura em enfermagem: para quê? [tese] São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas: 1994. 226p. [citado em: 24 out 2012]. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000079999&fd=y>
 2. Motta MGC, Almeida MA. Repensando a licenciatura em enfermagem à luz das diretrizes curriculares. Rev Bras enferm [Online]. 2003; 56(4): 417-19. [citado em: 16 out 2012]. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61848/000392337.pdf?sequence=1>
- HIST. ENF. REV. ELETR (HERE).** 2014 ago/dez; 5(2): 224-238. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/vol5num2artigo15.pdf>

3. Ministério da Educação e Cultura (BR). Lei 9.394/96. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; 1996.
4. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Enfermagem em Dados. [citado em: 16 out 2012]. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/planejamento-estrategico-2>
5. Rother Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paul. enferm.* [serial on the Internet]. 2007 Jun [citado em: 01 Maio 2014] ; 20(2): v-vi. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en .
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.
6. Barreira IA. A reconfiguração da prática da enfermagem brasileira em meados do século 20. *Texto contexto enferm* [Online]. 2005; 14(4): 480-7. [citado em: 11 Fev 2013]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000400003&lng=en&nrm=iso
7. Bock LF et al. A organização de enfermagem e da saúde no contexto da idade contemporânea (1930-1960). In: Padilha MI, Borenstein MS, Santos I. *Enfermagem: uma história de uma profissão*. São Caetano do Sul, São Paulo: Difusão; 2011. p. 253 – 94.
8. Dantas RAS, Aguillar OM. O ensino médio e o exercício profissional no contexto da enfermagem brasileira. *Rev Latino-am enferm* [Online]. 1999; 7(2):25-32. [citado em: 28 Dez 2012]. Disponível em: <http://revistas.usp.br/rlae/article/download/1361/1390>
9. Germano RM. *Educação e Ideologia da Enfermagem no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez; 1993.
10. Saupe R. Ação e reflexão na formação do enfermeiro através dos tempos. In: SAUPE, R. (Org). *Educação em enfermagem*. Florianópolis: Editora da UFSC; 1998.
11. Rodrigues RM, Caldeira S. Formação na Graduação em Enfermagem no Estado do Paraná. *Rev Bras enferm.* [Online]. 2009; 62(3):417-23. [citado em: 28 jan 2013]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672009000300013&lng=pt&nrm=iso
12. Moura A et al. SENADEn: expressão política da Educação em Enfermagem. *Rev Bras enferm* [Online]. 2006; 59(ed esp):442-53 [citado em: 24 out 2012]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672006000700011&script=sci_arttext
13. Ministério da Educação e Cultura (BR). Resolução CNE/CES n. 3 de 2001. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em enfermagem. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; 2001

HIST. ENF. REV. ELETR (HERE). 2014 ago/dez; 5(2): 224-238. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/vol5num2artigo15.pdf>

14. Germano RM. O ensino de enfermagem em tempos de mudança. Rev Bras enferm [Online]. 2003; 56(4):365-68. [citado em: 16 out 2012]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v56n4/a10v56n4.pdf>
 15. Mathias M. Quem é o docente da educação profissional? [Online]. [citado em: 18 out 2012]. Disponível em: <http://envolverde.com.br/educacao/ensino-superior/quem-e-o-docente-da-educacao-profissional/>
 16. Ministério da Educação e Cultura (BR). Resolução CNE n. 1 de 18 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre as Diretrizes curriculares nacionais para formação de professores da educação básica em nível superior – Curso de Licenciatura / Graduação Plena. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; 2002.
 17. Bagnato MHS, Rodrigues RM. Diretrizes curriculares da Graduação de Enfermagem: pensando contextos, mudanças e perspectivas. Rev Bras enferm [Online]. 2007; 60(5):507-12; [citado em: 30 dez 2012]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000500005
 18. Correa AK. Perfil de estudantes ingressantes em licenciatura: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Rev Esc Enferm USP [Online]. 2011; 45(4):933-8; [citado em: 28 dez 2012]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n4/v45n4a20.pdf>
 19. Santos BS. A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. Educação, Sociedade & Culturas [Online]. 2005; 23(1):137-202; [citado em: 24 out 2012]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>
 20. Rodrigues MTP, Mendes Sobrinho JAC. Enfermeiro professor: um diálogo com a formação pedagógica. Rev Bras enferm [Online]. 2006; 59(3):456-9 [citado em: 24 out 2012]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672007000400019&script=sci_arttext
 21. Ferreira Júnior MA. Os reflexos da formação inicial na atuação dos professores enfermeiros. Rev Bras enferm [Online]. 2008; 61(6):866-71; [citado em: 28 dez 2012]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n6/a12v61n6.pdf>
 22. Puschel VAA. Ser professor de enfermagem. Cogitare enferm. [Online]. 2012; 17(1):9-14; [citado em: 24 out 2012]. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/viewFile/26368/17561>
 23. Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN). Carta de Belém para a educação em enfermagem brasileira. 13º Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem; 2012 29 ago a 01 set; Belém (PA), Brasil. Belém: Associação Brasileira de Enfermagem. [Online]. [citado em: 24 novembro 2012]. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/images/conteudo/file/CARTA%20DE%20BELEM.pdf>
- HIST. ENF. REV. ELETR (HERE).** 2014 ago/dez; 5(2): 224-238. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/vol5num2artigo15.pdf>

24. Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra; 2002.

Data de submissão: 07/06/2014

Data de aprovação: 10/11/2014